



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

MINUTA DO CONTRATO Nº 028/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
PROCESSO Nº 026/2025

Pelo presente instrumento de contrato o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 92.122.753/0001-98, com sede na Rua 33, 40, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Ester Elisa Dill Koch, portadora da Cédula de Identidade nº 9045591031 e inscrita no CPF sob nº 773.835.830-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e de outro a empresa **INVIOCAR SERVIÇOS DE RASTREAMENTO ELETRÔNICO LTDA**, pessoa jurídica, com sede na Rua Gaurama, nº 49, Erechim, RS, inscrita no CNPJ nº 14.567.714/0001-90, representada pelo Sr. Tiago Santin, CPF nº 009.375.050-13, adiante designada simplesmente CONTRATADA, têm entre si certo e ajustado um contrato segundo cláusulas e condições que seguem e regidos pela Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA LICITAÇÃO

1.1. A licitação é dispensável conforme formalização de Dispensa de Licitação nº 013/2025, com fulcro no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Constitui objeto do presente contrato a licença de uso de software para gestão e rastreamento de veículos, a regulamentação e extensão do uso dessa ferramenta e a entrega de equipamento eletrônico de telecomunicação, em regime de comodato, para efetivação da licença concedida pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

2.1.1. O SOFTWARE em questão - seu conteúdo e estrutura do banco de dados, arquivos de ajuda e qualquer outro de natureza técnica - É DE PROPRIEDADE DA CONTRATADA, sendo oferecido tão somente o uso à CONTRATANTE, em forma de código fechado e proprietário.

2.1.2. A CONTRATADA, durante a vigência deste contrato, concede à CONTRATANTE unicamente o uso do SOFTWARE, não constituindo venda ou cópia do programa original, mas tão somente um licenciamento temporário de uso permanente, não exclusivo, não transferível e mediante contraprestação (mensalidade) a ser paga pela CONTRATANTE, conforme proposta apresentada.

2.1.3. Aplicam-se a este contrato as disposições da Lei 9.609/98, estando a CONTRATANTE, em caso de infração, sujeita às sanções previstas nos art. 12 a 14 da referida lei, sem prejuízo das demais sanções civis cabíveis (art. 186, 402 e 927, CC).

2.1.4. Este contrato não possui caráter ou natureza de apólice de seguro; portanto, qualquer sensor ou atuador ora oferecido à CONTRATANTE não evita a ocorrência de sinistro, roubo ou furto de veículos de sua propriedade.

2.1.5. O presente contrato não substitui nem dispensa qualquer outro tipo de equipamento anti-



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

furto, como alarmes e travas manuais, não havendo qualquer responsabilidade da CONTRATADA por qualquer prejuízo eventualmente sofrido pela CONTRATANTE em caso de furto, roubo ou sinistro de seus veículos.

2.1.6. Os equipamentos eletrônicos, concedidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE em regime de comodato, consistem em rastreadores para veículos automotores com GPS e comunicação GSM.

2.2. Dos equipamentos eletrônicos:

2.2.1. Em regime de Comodato, a CONTRATADA fornecerá os equipamentos eletrônicos que serão utilizados pela CONTRATANTE para rastreamento de seus veículos através do software disponibilizado pela Contratada.

2.2.2. Os equipamentos eletrônicos (rastreadores) instalados nos veículos permitem o monitoramento em tempo quase real, assim como o envio de dados em um período programado para a CONTRATANTE, utilizando tecnologia de telefonia celular GSM (Global System for Mobile) e satelital GPS (Global Positioning System) que permitem a localização aproximada dos veículos nos quais estão instalados.

2.2.2.1 – Os equipamentos eletrônicos (rastreadores) possuem as seguintes funcionalidades mínimas exigidas: sistema de identificação de motorista por cartão pelo sistema R-FID, histórico das viagens dos veículos com a identificação dos motoristas e sistema de controle de manutenção dos veículos.

2.2.3. A CONTRATANTE, neste ato, afirma estar ciente de que os equipamentos dados em comodato operam por sistema de telefonia móvel celular e satelital, estando seu desempenho sujeito às condições de recepção dos sinais de telefonia móvel celular (GSM-GPRS) e satelital (GPS), os quais podem sofrer eventuais interferências que impeçam o regular funcionamento do(s) equipamento(s), situações que independem da vontade ou ações da CONTRATADA.

2.2.4. A CONTRATANTE declara que os equipamentos eletrônicos (rastreadores) que recebeu em comodato estão em perfeitas condições de uso e conservação. Tais equipamentos pertencem à CONTRATADA e, ao final da contratação (rescisão ou cancelamento), deverão ser devolvidos nas mesmas condições em que foram recebidos.

2.2.5. A CONTRATANTE fica responsável pela conservação do(s) equipamento(s), comprometendo-se a proibir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA realizem qualquer espécie de intervenção técnica nos mesmos, salvo mediante autorização prévia e expressa da CONTRATADA.

2.2.6. A CONTRATADA não envia comandos de bloqueios/desbloqueios para os veículos da CONTRATANTE, sendo tal ferramenta de uso e responsabilidade da própria CONTRATANTE. A CONTRATADA não recomenda efetuar o bloqueio de um veículo em movimento, pois pode colocar em risco a integridade física do condutor e do veículo. O bloqueio/desbloqueio do veículo é um opcional, e deve ser solicitado no ato da compra.

2.2.7. Considerando o disposto no item 3.6, na eventualidade de a CONTRATANTE solicitar, por qualquer razão, que a CONTRATADA proceda ao bloqueio/desbloqueio de qualquer veículo, a



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

CONTRATADA não se responsabiliza por quaisquer tipos de danos que eventualmente possam decorrer deste bloqueio/desbloqueio.

2.2.8. A CONTRATADA não é responsável pelo teor das informações lançadas nos equipamentos e sistemas em conta da CONTRATANTE, tampouco por quaisquer danos, seja na esfera civil ou criminal, que de seu uso advierem.

2.2.9. Problemas e avarias nos equipamentos relacionadas a mau uso, pane elétrica do veículo, acidentes/colisões, incêndio do veículo e, inclusive, situações decorrentes de caso fortuito ou força maior (art. 583, Código Civil), serão cobrados da CONTRATANTE.

2.2.10. Nos casos descritos no item 2.2.8, sendo inviável o mero reparo do equipamento, isto é, em caso de perda total do mesmo, será cobrado o valor do próprio equipamento, valor esse que consta da nota fiscal de remessa de comodato emitida logo após o fechamento deste contrato.

2.2.11. Em caso de roubo ou furto de veículo da CONTRATANTE, e com ele o equipamento da CONTRATADA, a primeira deverá notificar formalmente a segunda. Comprovado o roubo/furto do veículo via BO (Boletim de Ocorrência), a CONTRATANTE ficará isenta de pagamento do equipamento. Essa condição, contudo, só é válida para veículos com equipamentos ativos e que estejam com as mensalidades em dia.

2.2.12 A CONTRATADA não se responsabiliza por eventual perda de garantia de fábrica dos veículos em função da instalação dos equipamentos objeto deste contrato.

2.2.13. Em caso de sinistro, uma vez determinadas as coordenadas de localização do veículo pelo equipamento, a CONTRATADA poderá prestar auxílio, se necessário, ao resgate do veículo da CONTRATANTE, tendo por base a informação de localização prestada pela Central de Atendimento da CONTRATADA, o que só é possível se o veículo estiver em local coberto por sinais de telefonia celular e satelital.

2.2.14. O auxílio ao resgate, constante no item anterior, não garante a localização efetiva do veículo e/ou a sua restituição à CONTRATANTE, nem gera tal obrigação à CONTRATADA, servindo apenas de apoio às autoridades policiais competentes, as quais continuam sendo as únicas responsáveis pela busca e recuperação do veículo.

2.3. Dos reparos e manutenções:

2.3.1. A assistência técnica dos equipamentos só poderá ser efetuada por pessoal autorizado pela CONTRATADA, o que ocorrerá nos postos de instalação ou no endereço do cliente.

2.3.2. Somente a CONTRATADA está autorizada a realizar manutenções nos equipamentos. Caso a CONTRATANTE identifique algum problema no equipamento ou no sistema, deverá notificar a CONTRATADA via chamado por e-mail, a ser enviado para suporte@rotaexata.com.br, observado, no que couber, as regras dispostas no item 2.4.

2.4. Das regras gerais de execução do contrato e deveres respectivos:

2.4.1. Após a instalação dos equipamentos, a CONTRATANTE deverá realizar o rastreamento, monitoramento, localização e gestão de seus veículos através do software concedido, online, via computador ou através de Smartphone(s) com sistema Android ou IOS.

2.4.2. A CONTRATANTE é a única responsável pela verificação periódica do correto



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

funcionamento dos equipamentos para o fim de identificar e informar à CONTRATADA, preventivamente, sobre a ocorrência de eventuais problemas técnicos.

2.4.3. Caso a CONTRATANTE identifique algum problema de ordem técnica nos equipamentos ou no software, deverá notificar a contratada via chamado para o seguinte e-mail: suporte@rotaexata.com.br.

2.4.4. O equipamento (rastreador) não é capaz de causar danos elétricos, mecânicos ou de qualquer outra ordem no veículo, motivo pelo qual é dever imperioso, da CONTRATANTE, informar à CONTRATADA qualquer situação no veículo que julgue ser decorrente do rastreador. Na hipótese de a CONTRATANTE realizar qualquer serviço/reparo no veículo sem prévio conhecimento e consentimento da CONTRATADA, ou seja, sem prévia avaliação da CONTRATADA, tal conduta importará em renúncia da CONTRATANTE a quaisquer indenizações ou reembolsos.

2.4.5. Recebida a notificação a que alude o item 2.4.3, a CONTRATADA avaliará o problema indicado, dando resposta e solução à CONTRATANTE no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento do chamado recebido via e-mail.

2.4.6. Se o problema detectado for relacionado a defeito no funcionamento do equipamento - assim entendido por falha de conexão com o software ou incorreta indicação de dados/informações - a CONTRATADA enviará novo equipamento à CONTRATANTE, em até 72 horas contadas da detecção do problema. A efetiva entrega do novo equipamento dependerá exclusivamente dos Correios, cabendo à CONTRATADA simplesmente postá-lo no prazo supramencionado.

2.4.7. A CONTRATADA oferece suporte técnico para eventuais falhas no software objeto deste instrumento, atendendo no período das 08:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

2.4.8. Se o problema identificado pela CONTRATADA não for solucionado no prazo do item 2.4.8, a CONTRATANTE poderá solicitar desconto na mensalidade do mês seguinte, em valor correspondente aos dias em que o sistema/equipamento ficou parado após o prazo de solução de 20 (vinte) dias.

2.4.9. O desconto previsto no item 2.4.8 só terá validade se a CONTRATANTE estiver em dia com as mensalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DO PAGAMENTO.

3.1. O Município pagará à CONTRATADA, os valores discriminados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde de Veículos	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
01	RASTREAMENTO DE VEÍCULOS	19	R\$ 42,50	R\$ 807,50	R\$ 9.690,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	19	R\$ 0,25	-	R\$ 4,75
03	SERVIÇO DE ATIVAÇÃO	19	R\$ 0,25	-	R\$ 4,75



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

	Total	R\$ 9.699,50
--	-------	--------------

3.1.1. O Município pagará uma única vez os valores de instalação e ativação dos rastreadores para cada veículo.

3.2. Os pagamentos serão realizados em até 10 dias após a apresentação da nota fiscal correspondente, nas modalidades de transferência eletrônica bancária, boleto bancário ou PIX, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente. A contratada deverá dispor de conta corrente bancária em seu próprio nome/razão social, sendo ela pessoa jurídica.

3.3. Em caso de atraso nos pagamentos, a Contratante pagará 2% de multa e 1% de juros de mora por mês, sobre o valor da nota fiscal.

3.3.1. Em caso de inadimplência da CONTRATANTE superior a 07 (sete) dias corridos, a CONTRATADA poderá bloquear temporariamente o funcionamento dos equipamentos e o acesso ao software, até a regularização dos valores, correndo as mensalidades normalmente.

CLÁUSULA QUARTA: DO VENCIMENTO DO CONTRATO.

4.1. A execução do presente contrato passará a vigorar a partir data de emissão da Ordem de Início, estendendo-se por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até sua execução total, mediante Termo Aditivo, conforme artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. No caso de prorrogação, o valor do contrato será reajustado com base na variação anual do IPCA, acumulado no período de 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA: DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS

5.1. A Contratada obriga-se a executar os serviços atendendo as normas técnicas e legais vigentes, bem como as condições e garantias técnicas atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse dos contratantes, observando o estabelecido no contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

6.1. Assume a contratada inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados bem como pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da contratada com relação aos encargos aqui referidos não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

I - Efetuar o pagamento do objeto, nos termos deste contrato, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

II - Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

III - Indicar o responsável pela fiscalização e recebimento do objeto.

7.2. São obrigações da CONTRATADA, dentre outras previstas em lei:

I - Conceder o uso do software de rastreamento veicular à CONTRATANTE;

II - Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto contratado;

III - Cumprir os prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços adquiridos pelo contratante;

V - Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução contratual;

VI - Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada;

VII - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto contratado que se fizerem necessários, no limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da contratação;

VIII - Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente;

XI - Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto;

X - Substituir às suas expensas no total ou, em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções que por ventura não tenham sido identificados no período de testes;

XI - Cumprir fielmente as obrigações deste instrumento, sendo vedada qualquer transferência;

XII - Responsabilizar-se por toda mão-de-obra e materiais eventualmente necessários para execução do Contrato, já que o preço proposto é considerado como justo e suficiente para a execução do contrato.

7.3. A partes se comprometem com a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, que venha a ter acesso por força das obrigações constantes deste contrato ou de maneira acidental e não autorizada, bem como todas as demais obrigações previstas na legislação vigente, em especial a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

7.4. As Partes devem cooperar mutuamente para garantir o devido cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e o atendimento a eventuais solicitações de Autoridades Fiscalizadoras, no limite de suas atividades.

7.5. As Partes se comprometem a adotar todas as medidas de segurança robustas para evitar qualquer incidente, utilizando recursos para identificação e correção de vulnerabilidades que possam colocar em risco a privacidade dos titulares dos dados pessoais.

7.6. A CONTRATANTE se compromete a comunicar a CONTRARADA da ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar riscos ou danos relevantes aos titulares de dados pessoais que tenham acesso.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO.

8.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos permitidos pelos incisos e parágrafos do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§1º. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e a aplicação das penalidades previstas em Lei e no contrato.

§2º. Constituem motivo para rescisão do contrato às hipóteses dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES.

9.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar seu instrumento dentro do prazo estabelecido pelo Município de São José do Hortêncio, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Termo.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora fixada na forma prevista neste instrumento convocatório, que será descontada dos pagamentos ou ainda, conforme o caso, cobrada judicialmente.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município de São José do Hortêncio poderá, garantida prévia defesa, aplicar a contratada as sanções abaixo, isolada ou cumulativamente:

I - advertência.

II - multa na forma prevista neste instrumento convocatório.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de São José do Hortêncio, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

9.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5. A sanção estabelecida no inciso IV é de alçada da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

9.6. Será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, até o décimo dia de atraso sobre o valor do objeto contratual quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir no prazo estabelecido a obrigação assumida.

9.7. Será aplicada multa de 10% (dez) sobre o valor da contratação quando a contratante:

- a)** recusar-se a assinar o contrato;
- b)** recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia, se for o caso;
- c)** prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
- d)** transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;
- e)** desatender as determinações da fiscalização;
- f)** executar o objeto em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- g)** cometer qualquer infração às normas legais, federais, estaduais ou municipais respondendo, ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- h)** cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;
- i)** não iniciar, sem justa causa, a execução do objeto contratual no prazo fixado.
- j)** ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;
- l)** recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, o objeto contratual;
- m)** praticar, por ação ou omissão qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada de reparar os danos causados.

9.8) As sanções previstas nos incisos III e IV (subitem 9.3) poderão também ser aplicadas às empresas e profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

- a)** praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do contrato;
- b)** demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. O Município desde já nomeia como fiscal do contrato o Sr. Maicon Ismael Feilstrecker, servidor do município, devidamente habilitado para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização do contrato.



Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio

Estado do Rio Grande do Sul

Setor de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA LEGISLAÇÃO QUE REGE O CONTRATO.

11.1. O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as situações não previstas que porventura forem verificadas na sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 04.02.18.541.0063.2020.339039;
- 08.01.04.122.0004.2042.339040.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Para dirimir eventuais dúvidas suscitadas pelos termos do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Caí/RS.

E por estarem justas e contratadas assinam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, em uma só finalidade, estando de acordo com o estipulado.

São José do Hortêncio, 14 de abril de 2025.

Ester Elisa Dill Koch
Prefeita Municipal

Tiago Santin
Inviocar Serviços de Rastreamento
Eletrônico Ltda